

ÍNDICE

CAPÍTULO 1 DO INQUÉRITO POLICIAL

1.	Razão de ser do inquérito	1
2.	Inquéritos extrapoliciais. Funções da Polícia Civil.....	2
3.	Fixação das atribuições da Polícia Civil	2
4.	Finalidade do inquérito policial	3
5.	Caracteres do inquérito policial	3
6.	Diligências que podem ser determinadas no curso da investigação policial	4
7.	Prazo para a conclusão do inquérito	8
8.	Pode a autoridade policial arquivar autos do inquérito?	8
9.	É indispensável o inquérito?	8
10.	Qualificação direta ou indireta do indiciado	9
11.	O relatório	9
12.	A condução coercitiva do indiciado	9
13.	Como se inicia o inquérito policial?	10
14.	Como saber se tal ou qual crime é de ação pública incondicionada ou condicionada ou de ação privada?	10
15.	Como se inicia o inquérito policial nos crimes de ação pública incondicionada?	13
16.	Modelo de portaria. Observações	14
17.	Modelo de requisição do Promotor de Justiça. Observações	16
18.	Modelo de requisição do Juiz. Observações	17
19.	Modelo de requerimento da vítima. Observações	19
20.	Modelo de representação (reduzida a termo). Observações	22
21.	Modelo de representação feita por procuração. Modelo de procuração. Observações	24
22.	Modelo de requerimento para instaurar inquérito em crime de ação privada. Modelo de procuração. Observações	26

CAPÍTULO 2

DA PRISÃO EM FLAGRANTE

1.	O auto de prisão em flagrante como peça inicial do inquérito. Modelo	34
2.	Sentido da expressão “flagrante delito”	37
3.	Fundamento da prisão em flagrante	37
4.	As modalidades de flagrante	38
5.	Sujeito ativo e sujeito passivo da prisão em flagrante	39
6.	A prisão em flagrante como ato administrativo	41
7.	A prisão em flagrante nos crimes de ação pública condicionada à representação e nos crimes de ação privada	41
8.	Como se lavra um auto de prisão em flagrante	42
9.	Providências imediatas a serem tomadas após a lavratura do auto	42
10.	Prazo para a conclusão do inquérito iniciado por auto de prisão em flagrante	43
11.	O curador do indiciado menor no auto de prisão em flagrante	44
12.	O flagrante nos crimes permanentes e nos crimes habituais	45
13.	Se depuser no auto apenas uma testemunha, será válida a peça coercitiva?	45
14.	Observações sobre a prisão em flagrante	46
15.	Flagrante preparado e flagrante esperado	51

CAPÍTULO 3

DA JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1.	Etimologia. Noções	56
2.	Conceito	59
3.	A função de julgar é exclusiva do Poder Judiciário?	59
4.	Característicos	60
5.	Princípios	61
6.	Divisão da jurisdição	63

7.	Competência	64
8.	Delimitação do poder de julgar	65
9.	Onde a causa penal deve ser julgada?	66
10.	Prerrogativa de função	69
11.	Conexão e continência	71

CAPÍTULO 4

DA AÇÃO PENAL

1.	Direito de ação	75
2.	O processo	76
3.	O processo, forma civilizada para a composição dos litígios	78
4.	Ação penal: conceito	79
5.	Classificação subjetiva da ação penal	79
6.	Como se inicia a ação penal: mediante denúncia ou queixa	81
7.	As condições da ação: possibilidade jurídica do pedido, legitimidade para agir e interesse de agir	81
8.	Condições específicas da ação	84
9.	Rejeição da denúncia ou queixa	85
10.	Que providências podem ser tomadas quando o Juiz rejeita ou recebe a denúncia ou a queixa?	86
11.	Pode o Promotor desistir da ação penal?	87
12.	Como se instaura o processo	87
13.	Quando o Promotor recebe autos de inquérito, que providências pode tomar?	87
14.	Que deve conter a denúncia?	88
15.	Modelo de denúncia	88
16.	Observações práticas sobre a atividade do Promotor ao receber os autos do inquérito	89
17.	Prazos para a denúncia	90
18.	O despacho do Juiz recebendo a denúncia	91
19.	Outras observações	92
20.	Pedido de devolução dos autos à Polícia para novas diligências	95
21.	Observações	95

22.	Pode a autoridade policial deixar de realizá-la?	96
23.	Pedido de arquivamento: modelo	96
24.	Observações	97
25.	Arguição de incompetência: modelo	100
26.	Conflito de atribuições e de competência	102

CAPÍTULO 5

DA AÇÃO PENAL PRIVADA

1.	Observações sobre a queixa	109
2.	A decadência do direito de queixa	111
3.	Procedimento do Juiz ao receber a queixa	112
4.	A queixa nos crimes contra a honra. A perempção	115
5.	O perdão	115
6.	Caso a ofendida complete 18 anos e não exerça o direito de queixa, ao atingir os 19 pode seu representante legal, que soube tardiamente quem foi o autor do crime, oferecer queixa?	116
7.	As custas do processo	120
8.	Modelo de queixa	122
9.	Modelo de procuração	123

CAPÍTULO 6

DA DEFESA PRÉVIA

1.	É a defesa prévia obrigatória ou facultativa?	124
2.	Exemplo de defesa prévia	125
3.	Observações sobre a defesa prévia	126

CAPÍTULO 7

DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

1.	O assistente de acusação	131
2.	Em que casos pode habilitar-se a vítima como assistente? ..	131

3.	A função do assistente	132
4.	Ouvida do Ministério Público.....	133
5.	Cabe recurso do despacho do Juiz que admite o assistente? E se não o admitir?	133
6.	Atividade do assistente	134
7.	Em que hipóteses pode recorrer?	134
8.	Prazo para a interposição de recurso pelo assistente	136
9.	Pode o Poder Público intervir como assistente?	137
10.	A intimação da sentença	138
11.	Modelos de pedido de habilitação de assistente	138
12.	Modelo de procuração	139

CAPÍTULO 8

DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO

1.	O fato típico	141
2.	A antijuridicidade	142
3.	A culpabilidade	143
4.	A imputabilidade	144
5.	A importância do exame de sanidade	144
6.	Critérios para aferir a inimputabilidade	145
7.	Os menores de 18 anos	146
8.	Os doentes mentais	146
9.	A embriaguez	147
10.	A fusão dos elementos etiológico e psicológico	148
11.	Como se comprova a inimputabilidade?	149
12.	Oportunidade para o exame de sanidade mental	151
13.	Legitimidade	152
14.	Procedimento	152
15.	Formulação dos quesitos	154
16.	A doença mental antes e depois da prática da infração.....	154
17.	Fica o Juiz vinculado à perícia?	155

CAPÍTULO 9

DAS FORMAS PROCEDIMENTAIS

1.	Conceito de procedimento	156
2.	Processo e procedimento	156
3.	As alterações introduzidas no Processo Penal	158
4.	Formas procedimentais	161
5.	Procedimento na hipótese de foro pela prerrogativa de função	162
6.	Procedimento na hipótese de foro sem prerrogativa de função	175
7.	Procedimento-regra para os crimes apenados com reclusão	175
8.	Suspensão condicional do processo	180
9.	Crimes apenados com reclusão sujeitos a procedimentos especiais	199
10.	Crimes da competência do Júri. A primeira fase	201
11.	Impronúncia. Absolvição sumária e desclassificação	202
12.	Pronúncia. Efeitos. Libelo. Contrariedade	206
13.	A competência do Tribunal do Júri	213
14.	O Júri e suas linhas estruturais. A soberania dos <i>veredicta</i> ..	214
15.	Organização e funcionamento do Júri	226
16.	Sentença condenatória. Sentença absolutória. Desclassificação	251
17.	Modelo de sentença absolutória. Observação	253
18.	Modelo de sentença condenatória. Observação	254
19.	Modelo de sentença em caso de desclassificação. Observação ..	255
20.	Questionário	260

CAPÍTULO 10

DOS OUTROS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PARA CRIMES APENADOS COM RECLUSÃO

1.	O procedimento dos processos por crimes falimentares	275
2.	O foro competente	276
3.	O inquérito judicial	276
4.	É contraditório este inquérito?	277
5.	O não-oferecimento de denúncia no juízo falencial impede a propositura da ação no juízo criminal?	279

6.	Quando é possível a denúncia no juízo criminal	280
7.	Quando é possível a queixa no juízo criminal e no juízo falencial	282
8.	Prazos	284
9.	A importância da sentença declaratória da falência	286
10.	A ação penal nas pequenas falências	288
11.	O procedimento dos processos por crimes de imprensa	291
12.	Os prazos prescricionais	292
13.	O procedimento	293
14.	Pode haver inquérito policial nos crimes de imprensa?	296
15.	O procedimento dos processos por crimes eleitorais	297
16.	O procedimento dos processos por crimes de responsabilidade de prefeitos municipais. Observação	299
17.	Entorpecentes. Observações	302
18.	Crimes de responsabilidade de funcionários públicos	313
19.	Os crimes contra a fauna	314
20.	Crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores	315

CAPÍTULO 11

DO PROCEDIMENTO PARA OS CRIMES APENADOS COM DETENÇÃO

1.	O procedimento comum para os crimes apenados com detenção	316
2.	O procedimento na hipótese dos crimes apenados com detenção, cuja pena máxima não ultrapasse um ano (reservados os crimes de trânsito) e que não se subordinem a procedimento especial	318
3.	O procedimento sumariíssimo	324
4.	Modelo de termo circunstanciado	326
5.	O procedimento especial para os crimes apenados com detenção	327
6.	O procedimento dos processos por crimes de abuso de autoridade	328
7.	O procedimento nos crimes contra a economia popular. Observações	330
8.	Crimes de imprensa apenados com detenção: procedimento	331

9.	Crimes da competência do Júri apenados com detenção: procedimento	332
10.	Crimes falimentares apenados com detenção: procedimento	332
11.	Crimes contra a propriedade imaterial: procedimento	332
12.	Crimes de responsabilidade cometidos por funcionário público, quando apenados com detenção: procedimento	337
13.	Crimes contra a honra: procedimento	340
14.	Entorpecentes	347
15.	Crimes da Lei das Licitações	347

CAPÍTULO 12

DO PROCEDIMENTO CONTRAVENCIONAL

1.	Preliminares	349
2.	O procedimento comum para as contravenções segundo o CPP	350
3.	O novo rito	351
4.	Quando se utiliza o procedimento previsto no CPP	352
5.	O procedimento especial	353
6.	Pode qualquer do povo provocar a iniciativa do Promotor na contravenção do jogo do bicho? E se o Promotor requerer o arquivamento das informações?	354
7.	O procedimento das contravenções eleitorais. Observações	354

CAPÍTULO 13

DAS ALEGAÇÕES

1.	Alegações finais: exemplo	358
2.	Observações sobre as alegações finais	360
3.	As alegações orais, ou debates, nos denominados “processos sumários”. Observações	362

CAPÍTULO 14

DA PRISÃO E DA LIBERDADE PROVISÓRIA

1.	Da prisão provisória	365
2.	Quando é necessária a prisão processual?	367

3.	A prisão decorrente de pronúncia e de sentença penal condenatória recorrível	369
4.	Da prisão preventiva	370
5.	Da prisão temporária	372
6.	Anotações sobre o flagrante	376
7.	Da liberdade provisória	377
8.	Da fiança. As hipóteses de inafiançabilidade	378
9.	Limites da fiança	384
10.	Autoridade competente para arbitrar o valor da fiança	386
11.	Extinção	386
12.	Fiança sem efeito	387
13.	Reforço	387
14.	Fiança sem objeto	388
15.	Condenação	388
16.	Execução	388

CAPÍTULO 15 DA SENTENÇA

1.	Sentença absolutória: exemplo	389
2.	Sentença condenatória: exemplo	390
3.	Observações sobre a sentença	392

CAPÍTULO 16 DO LIBELO

1.	Noções sobre o libelo	409
2.	Pode a pronúncia, após a preclusão <i>pro judicato</i> , ser alterada?	410
3.	Exemplo de libelo	410
4.	Observações sobre o libelo	411
5.	Libelo em série. Observações	412
6.	Outros modelos. Observações	413
7.	Contrariedade do libelo. Observações	415

CAPÍTULO 17

DAS NULIDADES

1.	Noções preliminares	417
2.	Ato inexistente	417
3.	Atos nulos e irregulares	418
4.	A nulidade	419
5.	Atos essenciais	419
6.	Formalidades essenciais	420
7.	A classificação dos atos e das formalidades	421
8.	Incompetência, suspeição e suborno do Juiz	422
9.	Ilegitimidade de parte	422
10.	Relação dos atos estruturais	423
11.	Nulidades absolutas e relativas no CPP	427
12.	Momento para a arguição da nulidade	429
13.	Poderá o Juiz, sem provocação, conhecer da nulidade?	429
14.	Quem pode arguir a nulidade?	430
15.	Modos de sanabilidade	430
16.	Pode haver nulidade em inquérito?	430

CAPÍTULO 18

DOS RECURSOS

1.	Conceito. Generalidades	433
2.	Fundamento	435
3.	Pressupostos lógico e fundamental	436
4.	Classificação da sucumbência	437
5.	Pressupostos recursais objetivos	441
6.	Pressupostos recursais subjetivos	451
7.	Juízo de admissibilidade, ou prelibação	451
8.	Extinção anormal dos recursos	452
9.	Classificação dos recursos. Recursos ordinário, extraordinário e especial	453
10.	Recursos voluntários e necessários	454

11.	Efeitos dos recursos	457
12.	Unirrecorribilidade	460

CAPÍTULO 19

DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

1.	Exemplo de interposição	461
2.	Exemplo de razões. Observações	462
3.	Considerações.....	464
4.	O recurso em sentido estrito	466
5.	É taxativa a enumeração feita pelo art. 581?	467
6.	Como pode ser feita a interposição do recurso em sentido estrito?	468
7.	O recurso em sentido estrito sobe nos próprios autos ou em separado?	468
8.	Prazo para razões e contra-razões.....	469
9.	Pode o Juiz retratar-se?	470
10.	E se o Juiz retroceder, poderá a parte contrária recorrer?	471
11.	A quem é endereçado o recurso em sentido estrito?	472
12.	Quando o recurso em sentido estrito deve ser endereçado ao Tribunal de Alçada e ao Tribunal de Justiça?	472
13.	É o recurso em sentido estrito sempre endereçado ao Tribunal de Justiça ou ao Tribunal de Alçada?	473
14.	As decisões que comportam recurso em sentido estrito	475
15.	Modelo de interposição de recurso “por termo nos autos” (recurso interposto oralmente)	482
16.	Efeitos	483
17.	Recurso <i>secundum eventum litis</i> e recurso <i>pro et contra</i>	484

CAPÍTULO 20

DO RECURSO DE APELAÇÃO

1.	Exemplo de interposição de recurso de apelo	485
2.	Exemplo de razões. Observação.....	486
3.	Exemplo de contra-razões	488

4.	Noções.....	496
5.	Quais as decisões que comportam o recurso de apelação?	496
6.	Comporta toda sentença absolutória ou condenatória o recurso de apelo?	498
7.	Como se interpõe a apelação?	499
8.	O prazo para a interposição da apelação e a sua contagem	499
9.	Se o Juiz denegar o recurso de apelo, que providência poderá ser tomada? Prazo para as razões e contra-razões	501
10.	Quando da interposição de recurso nas razões ou contra-razões podem ser juntados documentos?	502
11.	Pode o apelante protestar pelo oferecimento das suas razões na Superior Instância?	502
12.	A quem é endereçado o recurso de apelo?	503
13.	Apelação plena e limitada	504
14.	Prazo para a remessa dos autos à Superior Instância	505
15.	Pressupostos próprios do recurso de apelo	506
16.	Extinção anormal da apelação	513
17.	Em qualquer apelação, funciona o juízo <i>ad quem</i> sempre como <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i> ?	516
18.	A apelação sobe nos próprios autos?	519
19.	O § 4º do art. 593	519
20.	A apresentação de razões na Superior Instância somente é possível na apelação?	520
21.	Apelação sumária e apelação ordinária	520
22.	Efeitos do recurso de apelação	521
23.	Tem a apelação do assistente efeito suspensivo?	522
24.	A proibição da <i>reformatio in pejus</i>	522

CAPÍTULO 21

DO PROTESTO POR NOVO JÚRI

1.	Modelo de interposição	530
2.	Noções.....	530
3.	É exclusivo da defesa?	531
4.	Quando cabe	531

5.	Se a pena for aumentada em grau de recurso, caberá o protesto?	532
6.	Pode a defesa protestar e apelar?	534
7.	Quantas vezes pode o réu protestar por novo Júri?	535
8.	Realizado o segundo julgamento, pode o Tribunal do Júri impor pena superior àquela imposta no primeiro julgamento?	536
9.	Razão histórica do protesto	536
10.	Se o Juiz não receber o protesto, que providência poderá ser tomada?	538
11.	Pode o jurado que participou do julgamento anterior fazer parte do Conselho de Sentença no segundo julgamento?	539

CAPÍTULO 22

DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

1.	Modelo de interposição com as respectivas razões. Observação	540
2.	Modelo de parecer da Procuradoria de Justiça	542
3.	Considerações preliminares	544
4.	Os embargos infringentes e de nulidade	545
5.	Prazo para a sua interposição e respectivo procedimento	546
6.	São os embargos infringentes e de nulidade oponíveis contra qualquer decisão não unânime de segunda instância?	548
7.	A particularidade dos embargos infringentes na Justiça Militar	549
8.	Para a interposição dos embargos deve o réu recolher-se à cadeia?	549
9.	Os embargos no STF	550
10.	Os embargos no STJ	551

CAPÍTULO 23

DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

1.	Modelo	553
2.	Generalidades	554
3.	Quando podem ser opostos	555

4.	A quem são dirigidos	555
5.	Procedimento	555
6.	Cabe recurso do despacho do Relator que indefere liminarmente o requerimento?	556
7.	Quem pode interpor os embargos?	556
8.	Quem os julga?	557
9.	Os embargos na inferior instância	557
10.	Retratabilidade	557
11.	Suspendem o prazo de outro eventual recurso?	557
12.	Extensão dos embargos declaratórios	558

CAPÍTULO 24

DA CARTA TESTEMUNHÁVEL

1.	Exemplo de interposição de carta testemunhável. Observações	560
2.	Exemplo de razões	561
3.	Exemplo de contra-razões	563
4.	Observações sobre a carta testemunhável	565
5.	Se o recurso denegado for o extraordinário, caberá carta testemunhável?	566
6.	O prazo para ser requerida a carta testemunhável	567
7.	A obrigação do escrivão de fornecer recibo ao testemunhante	567
8.	Tem a carta testemunhável efeito suspensivo?	568
9.	Qual o procedimento da carta testemunhável na segunda instância?	568
10.	Razões históricas da carta testemunhável	569
11.	Como se conta o prazo	570

CAPÍTULO 25

DA CORREIÇÃO PARCIAL

1.	Modelo	571
----	--------------	-----

2.	Exemplo de razões	572
3.	Exemplo de contra-razões	573
4.	Generalidades	574
5.	Cabimento	574
6.	Admite-se a correição no processo civil?	576
7.	Origem	576
8.	Surgimento da correição no Estado de São Paulo	577
9.	É inconstitucional?	577
10.	É recurso?	578
11.	Procedimento	579

CAPÍTULO 26

DO “HABEAS CORPUS”

1.	Exemplo de impetração de <i>habeas corpus</i> perante o Juiz de Direito	582
2.	Considerações sobre o <i>habeas corpus</i>	583
3.	Se o <i>habeas corpus</i> não é um recurso, qual a sua natureza jurídica?	584
4.	A doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i>	586
4-A.	Teoria brasileira do <i>habeas corpus</i> : exemplo	586
5.	Pode o <i>habeas corpus</i> ser impetrado por qualquer pessoa? ..	589
6.	Quando o Juiz, ao receber cópia do flagrante, relaxa a prisão, está concedendo <i>habeas corpus</i> de ofício?	589
7.	Qual o órgão competente para conhecer do pedido de <i>habeas corpus</i> ?	590
8.	A competência originária	590
9.	A competência recursal	598
10.	Se, impetrada a ordem de <i>habeas corpus</i> , o Tribunal denegá-la, que providência poderá ser tomada?	600
11.	Podem os órgãos inferiores da Justiça Militar conhecer de pedidos de <i>habeas corpus</i> ?	600
12.	Se o Tribunal Regional Eleitoral denegar a ordem de <i>habeas corpus</i> , que recurso será oponível?	601

13.	Se o Tribunal de Justiça ou qualquer outro Tribunal (menos o Regional Eleitoral) denegar o recurso ordinário-constitucional, que providência poderá ser tomada?	601
14.	Alguns casos de <i>habeas corpus</i>	603
15.	As informações a serem prestadas pela autoridade coatora	604
16.	Exemplos de <i>habeas corpus</i> impetrados ao Tribunal de Alçada e ao Tribunal de Justiça	604
17.	Observações sobre o <i>habeas corpus</i>	614
18.	A sustentação oral do <i>habeas corpus</i>	614
19.	Exemplo de <i>habeas corpus</i> impetrado ao STJ	615
20.	Outras observações sobre o <i>habeas corpus</i>	616
21.	Pode o pedido de <i>habeas corpus</i> ser reiterado?	617
22.	Pode o <i>habeas corpus</i> beneficiar outras pessoas mesmo que não tenham impetrado a ordem?	618
23.	E se o Tribunal conceder a ordem, poderá ser interposto recurso extraordinário?	618
24.	Nas transgressões disciplinares cabe <i>habeas corpus</i> ?	618
25.	E se o Presidente do Tribunal indeferir, liminarmente, a ordem de <i>habeas corpus</i> , que providência poderá ser tomada?	619
26.	Pode ser impetrada ordem de <i>habeas corpus</i> contra ato do particular?	620
27.	O <i>habeas corpus</i> preventivo e o liberatório	621
28.	Finalidade do <i>habeas corpus</i>	624
29.	Apresentação do paciente	624
30.	Sanções	625
31.	Pedido de informações	625
32.	Intervenção do Ministério Público	626
33.	Como pode ser impetrada a ordem?	626
34.	Concessão	627
35.	Não-cabimento	628
36.	O direito protegido pelo <i>habeas corpus</i>	628
37.	Foi a palavra “iminência”, contida no corpo do art. 647 do CPP, abolida pela Constituição?	629
38.	Liminar em <i>habeas corpus</i>	630

CAPÍTULO 27

DO RECURSO ORDINÁRIO-CONSTITUCIONAL

1.	Exemplo de interposição	632
2.	Exemplo das razões	632
3.	Os três tipos de recurso ordinário-constitucional	634
4.	O recurso criminal ordinário-constitucional, na hipótese do art. 102, II, <i>b</i> , da Magna Carta	635
5.	O recurso ordinário-constitucional	638
6.	Procedimento	638

CAPÍTULO 28

DA REVISÃO CRIMINAL

1.	Exemplo de propositura de revisão criminal	640
2.	Apresentada a petição, que providência deve ser tomada?	642
3.	Generalidades	642
4.	O erro judiciário e a coisa julgada	644
5.	A revisão <i>pro societate</i>	646
6.	A revisão criminal no Brasil	647
7.	A natureza jurídica	648
8.	Pressuposto primordial da revisão	650
9.	Oportunidade	650
10.	Legitimidade	650
11.	Pode o Ministério Público requerer a revisão?	652
12.	A revisão e a decisão do Júri	653
13.	Competência	655
14.	Os fundamentos do pedido	657
15.	Extinção da punibilidade	658
16.	Unificação de penas	660
17.	Revisão para aumentar a pena	660
18.	Pode o Tribunal conceder mais do que lhe foi pedido?	661
19.	Precisa o condenado recolher-se à cadeia?	662

20.	Conversão em diligência	662
21.	As regras dos arts. 621 e 626 do CPP	663
22.	Absolvição e revisão	663
23.	Prazo	664
24.	O pedido	664
25.	Procedimento	665
26.	Julgamento	666
27.	Improcedência	667
28.	Procedência	667
29.	Conseqüências	668
30.	Anulado o processo, poderá ser aumentada a pena?	668
31.	Reiteração	671
32.	Sentença estrangeira	672
33.	A Justiça Eleitoral	672
34.	Morte do condenado	673
35.	A indenização. Nota	673

CAPÍTULO 29

DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1.	Noções gerais	675
2.	Recurso extraordinário: conceito	675
3.	A denominação “extraordinário”	677
4.	Outras funções do STF	677
5.	Quando é cabível o recurso extraordinário?	678
6.	Legitimidade	679
7.	Procedimento	679
8.	Denegação. Recurso oponível	681
9.	Procedimento no juízo <i>ad quem</i>	682
10.	Problemas especiais	683
11.	Recurso extraordinário e recurso especial	684
12.	Modelo	685
13.	Súmulas do STF em matéria criminal	687

CAPÍTULO 30

DO RECURSO ESPECIAL

1.	O recurso especial	695
2.	Quando cabe	695
3.	Finalidade	698
4.	Procedimento	698
5.	Denegação	700
6.	Outras funções do STJ	700
7.	Súmulas do STJ em matéria criminal	701
8.	Súmulas do extinto TFR em matéria criminal	706
9.	Modelos	707

CAPÍTULO 31

DOS AGRAVOS

1.	Os agravos no processo penal	726
2.	O agravo de instrumento	726
3.	Modelo de agravo de instrumento	730
4.	O agravo em execução	736
5.	Modelo de agravo em execução	739
6.	O agravo regimental	743
7.	Modelo de agravo regimental	744
8.	O recurso inominado	745